

Anatomia da Dívida

A federalização das dívidas dos estados, mediante renegociação com o governo federal — maior interessado em envolver as administrações estaduais na austeridade fiscal — é um grande risco. Se os governadores honrarem os acordos, o ajuste público, que depende do corte de gastos e da privatização de empresas estaduais, terá caminhado bem.

A história política e econômica brasileira ensina, entretanto, que a administração pública não prima pelo cumprimento dos compromissos. O vício nasce da falta de sincronia entre as juras ao eleitor nos palanques e o esquecimento das promessas no exercício do poder. Os governantes gastam o que não têm e deixam um rastro de déficits inflacionários e dívidas, que pedem mais impostos ou acabam sendo enfrentados com prejuízo do social.

Enquanto o Congresso não mudar essa viciada agenda política, aprovando as reformas constitucionais e estruturais de que o país precisa para enxugar e modernizar o Estado, liberando o contribuinte da pesada carga fiscal que suporta há duas décadas, notícias sobre o endividamento continuarão alarmando o cidadão.

O fato de que a dívida mobiliária federal, acrescida da dívida estadual assumida pela União (com o compromisso dos estados de amortizarem com a garantia das cotas dos fundos de participação e de cotas do ICMS), passou a beirar o nível de 20% do Produto Interno Bruto é motivo de alarme. Mas deve ser visto objetivamente no seu contexto.

É preciso não ceder ao velho discurso (popular nos anos 80) de que a maior causa do déficit público são os altos juros da dívida. Essa suspeita fazia a apologia do calote (das dívidas externa e interna). Na externa, como os credores estavam no exterior (inclusive as agências dos bancos brasileiros, à frente o Banco do Brasil), proclamava-se no calote a afirmação da soberania

nacional. Quando o Plano Collor congelou a poupança nacional e bigodeou a dívida interna, percebeu-se que, por trás da perversa ciranda financeira e da especulação com o *caixa 2*, estavam aplicações legais de empresas e pessoas.

A dívida volta a subir. Mas a Itália e a Bélgica apresentam índices de endividamento em relação ao PIB bem mais dramáticos que os do Brasil e nem por isso suas economias estão desacreditadas nem os seus títulos públicos precisam pagar taxas salgadíssimas. Justamente porque esses países jamais adotaram o calote como norma.

O que importa no endividamento é a capacidade do tomador (governos, empresas ou indivíduos) oferecer garantias de que poderá honrar os compromissos. As reformas constitucionais — que abrem caminho para o corte dos gastos públicos em todos os níveis de governo, sobretudo a reforma administrativa, — e a venda de estatais são parte da solução.

O aumento do endividamento público em relação ao PIB agrava as dificuldades do setor público, mas é hoje menos dramático do que há dez anos. Como a renegociação da dívida externa reabriu os financiamentos internacionais ao setor privado — que já responde por 38% da dívida externa contra 20% nos anos 80 — o avanço do Estado sobre a poupança financeira nacional tornou-se menos asfíxiante do que há cinco anos.

O recurso ao endividamento externo (e ao interno) não é ilimitado nem depende só do desempenho das contas externas. Quando as duas dívidas entraram em colapso nos anos 80, o financiamento dos déficits do setor público ficou insuportável. Não adianta tergiversar: a única maneira de evitar que o problema se repita é cortar pela raiz os gastos excessivos do Estado, mediante a aprovação das reformas pelo Congresso.